

# (Provisório)

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1

<b>A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E O DIREITO FINANCEIRO.....</b>	<b>49</b>
1. Atividade Financeira do Estado .....	49
2. Direito Financeiro.....	51
2.1. Autonomia do direito financeiro .....	53
2.2. Fontes do direito financeiro .....	57
2.2.1. Fontes formais.....	58
2.2.1.1. Fontes principais.....	58
A) Constituição Federal .....	58
B) Leis Complementares.....	58
B.1. Lei Complementar n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal	60
B.2. Lei 4.320/64 .....	63
C) Leis Ordinárias.....	64
D) Leis Delegadas .....	64
E) Medida Provisória .....	65
E.1. Jurisprudência .....	65
2.2.1.2. Fontes secundárias .....	67
A) Decretos .....	67
B) Resoluções .....	67
C) Atos Normativos.....	68
D) Decisões Administrativas.....	68
E) Decisões Judiciais – Judicialização das políticas públicas.....	68
2.2.2. Fontes materiais – Ciência das Finanças .....	80
3. Premissas do Direito Financeiro .....	82
3.1. Limitação de recursos.....	84
3.2. Escolhas trágicas.....	87
4. Competência Legislativa.....	90
4.1. Competência dos Municípios em matéria de direito financeiro .....	94
5. Direito Financeiro e o Federalismo Assimétrico.....	96
6. Quadro Sinóptico .....	103

7. Informativos selecionados .....	104
7.1. STF .....	104
8. Questões de Concursos Públicos .....	106

## CAPÍTULO 2

### ORÇAMENTO PÚBLICO ..... 109

1. Conceito .....	110
2. Aspectos do Orçamento .....	111
3. Natureza Jurídica .....	115
3.1. Emendas Constitucionais recentes (86/2015; 100/2019; 102/2019 e 105/2019) e a impositividade do orçamento.....	119
3.2. Releitura da natureza jurídica do orçamento após a EC n. 100/2019. O que muda no orçamento .....	126
3.3. Quadro doutrinário .....	130
3.4. Panorama jurisprudencial.....	133
3.5. Orçamento Público “Secreto”: contradição nos seus termos.....	135
3.6. Controle de constitucionalidade do orçamento .....	140
3.7. O orçamento e a sua autoridade de lei.....	144
4. Espécies de Orçamento .....	146
5. Princípios Orçamentários e financeiros.....	149
5.1. Princípio da Legalidade.....	153
5.2. Princípio da Exclusividade .....	155
5.3. Princípio da Programação .....	156
5.4. Princípio do Equilíbrio Orçamentário (EC n. 95/16).....	158
5.5. Princípio da Anualidade.....	161
5.6. Princípio da Unidade.....	163
5.7. Princípio da Universalidade.....	164
5.8. Princípio do Orçamento-bruto .....	165
5.9. Princípio da Transparência Orçamentária .....	165
5.9.1. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) .....	170
5.9.2. Do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) .....	171
5.9.3. Da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11).....	173
5.9.4. O tema na jurisprudência.....	175
5.9.5. Transparência e os gastos secretos .....	176
5.10. Princípio da Não Afetação (Não Vinculação) das Receitas de Impostos .....	179
5.11. Princípio da Especificação ou Especialização .....	185

5.12. Princípio da Proibição de Estorno .....	187
5.13. Princípio da Unidade de Tesouraria (ou Unidade de Caixa).....	190
5.14. Princípio da Economicidade .....	194
5.15. Princípio da diferenciação das fontes de financiamento .....	195
6. Dos Créditos Adicionais.....	197
6.1. Créditos suplementares .....	198
6.2. Créditos especiais.....	200
6.3. Créditos extraordinários.....	200
6.4. Fontes para a abertura de créditos adicionais .....	204
6.4.1. Superávit financeiro .....	205
6.4.2. Excesso de arrecadação .....	205
6.4.3. Anulação parcial ou total de dotações.....	205
6.4.4. Operações de crédito.....	206
6.4.5. Reserva de contingência .....	206
6.4.6. Recursos sem despesas correspondentes .....	206
7. Da Orçamentação .....	207
7.1. Ciclo orçamentário .....	208
7.1.1. Iniciativa .....	208
A) Pode o Executivo alterar a proposta orçamentária dos demais órgãos e poderes? .....	213
7.1.2. Apreciação e Emendas ao orçamento.....	215
7.1.3. Sanção ou veto .....	220
7.1.4. Execução .....	221
7.1.5. Controle .....	223
8. Das Leis Orçamentárias.....	223
8.1. Plano Plurianual .....	224
8.1.1. Conceito .....	224
8.1.2. Conteúdo.....	226
8.1.3. Prazo para envio.....	226
8.1.4. Vigência.....	227
8.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) .....	228
8.2.1. Conceito .....	228
8.2.2. Conteúdo.....	233
8.2.3. Prazo para envio.....	234
8.2.4. Vigência.....	234
8.2.5. LDO e as novidades trazidas pela LRF .....	235

8.2.5.1. Do Anexo de Metas Fiscais .....	236
8.2.5.2. Do Anexo de Riscos Fiscais .....	239
8.3. Lei Orçamentária Anual (LOA) .....	240
8.3.1. Conceito .....	240
8.3.2. Conteúdo .....	241
8.3.3. Prazo para envio .....	244
8.3.4. Vigência .....	245
8.3.5. LOA e as novidades trazidas pela LRF .....	245
9. Abordagem Crítica do Orçamento: Atraso no trâmite das leis orçamentárias e ausência de afinidade lógica .....	247
10. Orçamento Participativo .....	251
11. Desvinculação da Receita da União (Emendas Constitucionais nºs 10, 17, 27, 42, 56, 68, 93, 126 e 132) .....	253
11.1. A tredestinação da receita dos tributos vinculados e seus reflexos jurídicos .....	258
12. Vedações do art. 167 da Constituição Federal .....	262
13. Da Intervenção Judicial no Orçamento Público .....	268
13.1. Uma distinção inicial: direitos fundamentais x direitos sociais .....	270
13.2. Da atuação judicial distante dos custos .....	273
13.3. Do crescente aumento do papel do Judiciário (Ativismo Judicial) .....	277
13.4. Da inabilidade judicial de proferir decisões com efeitos de lei .....	282
13.5. Atividade política e o papel judicial .....	285
13.6. Dos direitos sociais .....	289
13.6.1. Indefinição do seu conteúdo .....	293
13.6.2. Dispêndio de recursos públicos na sua proteção .....	302
13.7. Posicionamento do STJ e do STF quanto ao direito à saúde .....	304
13.8. Uma proposta de conclusão .....	307
13.8.1. Quando há o programa respectivo com recurso disponível .....	308
13.8.2. Quando não há o programa respectivo, mas há recurso disponível .....	308
13.8.3. Quando não há o programa respectivo e não há recurso disponível .....	313
13.8.4. Quando há programa para determinado fim, mas não há recurso .....	314
14. Quadro sinóptico .....	318
15. Súmulas Aplicáveis .....	327
15.1. STJ .....	327
15.2. STF .....	327
16. Informativos Recentes .....	328
16.1. STJ .....	328
16.2. STF .....	329

17. Jurisprudência Seleccionada.....	336
17.1. STJ.....	336
17.2. STF.....	336
18. Questões de Concursos Públicos.....	339

### CAPÍTULO 3

#### TEORIA DOS INGRESSOS PÚBLICOS – RECEITA PÚBLICA..... 345

1. Introdução.....	345
2. Conceito.....	346
3. Classificação.....	347
3.1. Quanto à periodicidade ou regularidade.....	347
3.1.1. Ordinária.....	347
3.1.2. Extraordinária.....	347
3.2. Quanto ao sentido.....	347
3.2.1. Amplo.....	347
3.2.2. Restrito.....	348
3.2.3. “Taxas” de inscrição em concurso público e sua classificação.....	349
3.3. Quanto à competência do ente da Federação.....	351
3.3.1. Federal.....	351
3.3.2. Estadual (Distrital).....	351
3.3.3. Municipal.....	351
3.4. Quanto às fontes, origem ou coercitividade.....	351
3.4.1. Originárias.....	352
3.4.2. Derivadas.....	352
3.5. Quanto à natureza ou previsão orçamentária.....	358
3.5.1. Orçamentária.....	358
3.5.2. Extraorçamentária.....	358
3.6. Quanto à categoria econômica (classificação legal).....	361
3.6.1. Receitas Correntes.....	361
A) Receita Tributária.....	361
B) Receitas de Contribuições.....	361
C) Receita Patrimonial.....	361
D) Receita Agropecuária.....	362
E) Receita Industrial.....	362
F) Receita de Serviços.....	362
G) Transferências Correntes.....	362

H) Outras Receitas Correntes – Análise da natureza jurídica dos <i>royalties</i> .....	362
3.6.2. Receitas de Capital .....	365
A) Operações de Crédito .....	366
B) Alienação de Bens .....	366
C) Amortização de Empréstimos.....	366
D) Transferências de Capital .....	366
E) Outras Receitas de Capital .....	366
4. Regime Contábil da Receita .....	369
5. Dívida Ativa (art. 39, da Lei N. 4.320/64) .....	370
5.1. Da possibilidade de protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA) .....	372
5.2. Da distinta classificação dos tributos aplicada no conceito de dívida ativa e nos institutos da Lei de Execução Fiscal.....	375
6. Fases da Receita.....	376
6.1. Previsão.....	377
6.2. Lançamento .....	378
6.3. Arrecadação .....	379
6.4. Recolhimento .....	379
7. Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	380
7.1. Receita Corrente Líquida .....	380
7.1.1. Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo do Repasse ao Legislativo Municipal (duodécimo) .....	381
7.1.2. Receita Corrente Líquida x Base de Cálculo dos índices constitucionais de saúde e educação .....	384
7.1.3. Receita Corrente Líquida como base de cálculo de diversos institutos legais .....	387
A) Reserva de Contingência.....	387
B) Dívida consolidada dos entes federativos.....	388
C) Despesas com pessoal.....	388
D) Parcerias público-privadas .....	389
E) Pagamento de precatórios.....	390
F) Emendas impositivas.....	391
7.2. Responsabilidade na gestão fiscal.....	391
7.2.1. Sanções pela não eficiência arrecadatória .....	393
7.3. Renúncia de Receita.....	396
8. Repartição de Receitas Tributárias – Transferências Constitucionais .....	406
8.1. Transferências constitucionais e seu reflexo no Imposto de Renda Retido na Fonte .....	411
8.2. Transferências constitucionais e reflexo da isenção do ICMS nos repasses aos Municípios .....	413

8.3. Transferências constitucionais e reflexos da isenção do IPI e do IR nos repasses aos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	419
8.4. Compensação dos Estados pela desoneração das exportações do ICMS – “Lei Kandir” .....	421
8.5. A repatriação e o reflexo nas receitas dos Estados e dos Municípios .....	422
<b>8.6. Reforma Tributária e impactos na distribuição das receitas.....</b>	<b>423</b>
8.6.1. Alterações no ICMS.....	423
8.6.2. Alterações no IPI.....	424
8.6.3. Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.....	424
9. Bloqueio de Transferências .....	425
10. Sobre os Fundos PÚBLICOS.....	428
11. Duodécimos: entrega de recursos aos demais Poderes e Órgãos .....	432
12. Quadro Sinóptico .....	439
13. Súmulas Aplicáveis.....	443
13.1. STJ .....	443
13.2. STF .....	443
14. Informativos Recentes.....	443
14.1. STJ .....	443
14.2. STF .....	444
15. Jurisprudência Seleccionada.....	447
15.1. STF .....	447
15.2. STJ .....	449
16. Questões de Concursos Públicos .....	450

## CAPÍTULO 4

### DESPESAS PÚBLICAS ..... 455

1. Introdução .....	456
2. Conceito .....	456
3. Classificação.....	459
3.1. Quanto à origem do recurso.....	459
3.2. Quanto à competência do ente.....	460
3.2.1. Federal .....	460
3.2.2. Estadual .....	460
3.2.3. Municipal .....	460
3.3. Quanto à regularidade.....	460
3.4. Quanto à natureza legal .....	460
3.4.1. Despesas correntes.....	461

3.4.2.	Despesas de capital.....	462
3.5.	Quanto ao disposto pela LRF.....	464
3.6.	Classificações para os concursos de Auditor do Tribunal de Contas, Técnicos e Analistas.....	465
3.6.1.	Classificação institucional.....	465
3.6.2.	Classificação funcional-programática.....	466
4.	Fases da despesa Pública .....	469
4.1.	Empenho .....	471
4.1.1.	Tipos de empenho .....	474
4.1.2.	Pode um empenho ser cancelado ou anulado? .....	475
4.2.	Liquidação .....	477
4.3.	Pagamento. Importância do ordenador de despesas.....	480
4.3.1.	Impessoalidade no pagamento – Ordem cronológica de sua ocorrência .....	483
4.3.2.	Pagamento antecipado .....	485
4.3.3.	Retenções de tributos nos pagamentos e exigência de certidões de regularidade fiscal .	486
5.	Regime Contábil da Despesa.....	489
5.1.	Exceções aos regimes contábeis.....	491
5.2.	Regime de competência e o período adicional.....	492
6.	Restos a Pagar .....	493
6.1.	Restos a pagar em final de mandato .....	498
6.2.	Restos a pagar e calamidade pública.....	501
7.	Adiantamento ou Suprimento de Fundos.....	502
8.	Despesas Públicas de Origem Administrativa: Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) .....	506
9.	Despesas Públicas de Origem Judicial: Precatório.....	509
9.1.	Conceito e finalidade.....	509
9.2.	Alcance do regime.....	511
9.3.	Procedimento.....	514
9.4.	Regra geral dos precatórios.....	516
	<b>9.5. Classificação dos precatórios. Ordem de pagamento.....</b>	<b>518</b>
9.5.1.	Jurisprudência e a EC n. 94/16 .....	521
9.6.	Requisições de Pequeno Valor .....	522
9.7.	Exceção ao regime. Força material do orçamento. O caso dos anistiados políticos .....	525
9.8.	Função administrativa do Tribunal.....	529
9.9.	Complementação, suplementação e fracionamento de precatório.....	530
9.10.	Compensação de precatório realizado pela Fazenda Pública (compensação de ofício) .....	532
9.11.	Precatórios e reflexos tributários.....	535



9.11.1. Compensação realizada pelo contribuinte.....	535
9.11.2. Precatório e o processo executivo fiscal .....	540
9.11.3. Precatório e Certidão Negativa de Débito (CND).....	540
9.11.4. Precatórios, depósitos judiciais e litigância tributária (LC n. 151/15) .....	541
9.11.5. Precatório e transação tributária .....	545
9.11.6. Precatório e restituição de indébito tributário.....	546
9.12. Precatórios e suas múltiplas finalidades.....	546
9.13. Atualização monetária dos precatórios.....	547
9.14. Cessão de precatórios .....	552
9.15. Das Emendas Constitucionais n.s 113 e 114, ambas de 2021. PEC dos Precatórios. Limitação de seu pagamento. ADI 7064.....	554
9.16. Amortização de dívidas via precatórios .....	556
9.17. Regimes Especiais de Precatórios .....	558
9.17.1. Regime Especial da EC n. 62/09 .....	561
9.18. Precatório e dano moral .....	562
9.19. Do sequestro das contas públicas e hipóteses de permissão constitucional .....	563
9.20. Intervenção federal.....	572
9.21. Do cancelamento de precatórios e sua prescrição.....	574
10. Despesas Públicas e O Novo Regime Fiscal SUSTENTÁVEL (LC 200/2023).....	575
1.1. Duração e características do Regime.....	577
1.2. Alcance do Regime.....	578
<b>10.3. Indexador do crescimento das despesas.....</b>	<b>579</b>
1.4. Conceito de Receita para fins do Regime Fiscal.....	579
<b>10.5. Exceções ao Regime.....</b>	<b>580</b>
<b>10.6. Medidas de ajuste fiscal.....</b>	<b>583</b>
<b>10.7. Despesas com investimentos .....</b>	<b>585</b>
11. Despesas Públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) .....	586
11.1. Da execução orçamentária.....	586
11.2. Limitação de empenho. Contingenciamento.....	588
11.3. Limitação de empenho de outros poderes pelo Executivo. Inconstitucionalidade reconhecida ..	591
11.4. Geração de despesa .....	592
11.5. Despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC .....	594
11.6. Despesas com pessoal.....	596
11.6.1. Conceito .....	599
11.6.2. Limites de gasto dos Poderes e órgãos. Especificidade da Câmara de Vereadores. Novidades da LC n. 178/2021 .....	603

11.6.3. Exceções ao cômputo dos gastos.....	607
11.6.4. Despesas nulas .....	610
11.6.5. Controle dos gastos de pessoal.....	613
A) Limite alerta .....	613
B) Limite prudencial .....	614
C) Excesso de despesa: prazo para a sua eliminação.....	618
D) Regra temporária para recondução das despesas com pessoal ao limite (LC n. 178/2021) .....	618
E) Direito à nomeação e à incorporação de vantagens <i>versus</i> limitação orçamentária .....	620
F) Medidas legais e constitucionais para o controle de gastos com pessoal .....	623
G) Direito à revisão anual em tempos de crise financeira. Dos custos dos direitos.....	627
H) Sanções .....	632
I) Suspensão das sanções frente à queda das receitas. Inovação da LC n. 164/2018.....	633
J) Despesas com pessoal e calamidade pública.....	635
11.7. Despesas com a seguridade social .....	635
12. Destinação de Recursos para o Setor Privado – Subvenções.....	636
13. Cooperação entre os entes Federativos.....	639
14. Transferências.....	640
14.1. Transferências obrigatórias .....	640
14.2. Transferências voluntárias.....	641
14.2.1. Requisitos .....	642
14.2.2. Exceções.....	643
14.2.3. Do Cadastro Único de Convênio. Sanções aos entes federativos .....	644
14.2.4. Medidas que habilitam o ente federativo ao recebimento das transferências voluntárias. Responsabilização pessoal do ex-gestor.....	648
14.2.5. Princípio da intranscendência subjetiva das sanções.....	651
14.3. Transferências automáticas .....	655
15. DESPESA PÚBLICA EM TEMPOS DE CRISE – REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19. EC n. 109/21, EC n. 106/20 e LC n. 173/20 .....	656
15.1. Considerações iniciais .....	656
<b>15.2. Critérios para a fixação das despesas em tempos de crise. Análise à luz das recentes inovações legislativas .....</b>	<b>656</b>
15.3. Calamidade Pública e a Constituição Federal (EC n. 109/21) .....	660
15.4. Crise financeira e medidas constitucionais de controle de gastos (EC n. 109/21) .....	662

15.5. Crise financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal .....	666
15.6. O recente caso <i>Coronavírus</i> – Como os poderes enfrentaram o problema.....	670
15.6.1. O problema.....	670
15.6.2. Medidas legislativas tomadas no âmbito da receita, da despesa e do crédito público para o combate à crise. EC n. 106/20 e LC n. 173/20.....	671
15.6.3. Do enfrentamento judicial.....	675
16. Quadro Sinóptico .....	676
17. Súmulas Aplicáveis.....	688
17.1. STJ.....	688
17.2. STF .....	688
18. Informativos Recentes.....	688
18.1. STJ .....	688
18.2. STF .....	691
19. Jurisprudência Seleccionada.....	701
19.1. STJ.....	701
19.2. STF .....	702
20. Questões de Concursos Públicos .....	704

## CAPÍTULO 5

<b>LINHAS GERAIS DO CRÉDITO PÚBLICO.....</b>	<b>709</b>
1. O Empréstimo como Processo Financeiro .....	709
2. BREVE HISTÓRICO.....	711
3. ASPECTOS JURÍDICOS DO CRÉDITO PÚBLICO.....	712
4. Conceito .....	714
4.1. Crédito público como fonte de receitas – Empréstimo público – Estado devedor.....	714
4.2. Crédito público como política interventiva na economia – Estado credor .....	716
5. Natureza Jurídica .....	718
5.1. Tese Drago.....	720
6. Classificações do Crédito Público.....	721
6.1. Quanto à coercitividade .....	721
6.2. Quanto à temporalidade .....	723
6.2.1. Dívida pública flutuante .....	723
6.2.2. Dívida pública fundada ou consolidada.....	723
6.3. Quanto à origem dos recursos.....	725
6.3.1. Dívida externa.....	725
6.3.2. Dívida interna.....	726

7. Títulos da Dívida Pública e sua Relação com o Direito Tributário .....	727
8. Crédito Público na Constituição Federal .....	729
8.1. Atribuições do Congresso Nacional.....	731
8.2. Atribuições do Senado Federal .....	731
9. Crédito Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	735
9.1. Definições gerais .....	736
9.2. Da contratação das operações de crédito .....	737
9.3. Operações de crédito proibidas .....	740
9.4. Concessão de garantias.....	742
9.5. Limites e controle para o endividamento público .....	744
9.6. Antecipação da Receita Orçamentária (ARO).....	744
10. PEDALADAS FISCAIS. O <b>IMPEACHMENT</b> DE DILMA ROUSSEF .....	746
10.1. Da abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa .....	747
10.2. Dos atrasos no repasse de dinheiro para os bancos públicos federais .....	749
11. O Banco Central na Constituição E NA LRF .....	754
11.1. EC n. 106/20 e as alterações momentâneas nas atribuições do Banco Central para combater a “calamidade fiscal” .....	758
<b>12. O Sistema Financeiro Nacional.....</b>	<b>761</b>
13. Quadro Sinóptico .....	764
14. Informativos Recentes .....	767
15. Jurisprudência selecionada.....	768
15.1. STF .....	768
16. Questões de Concursos Públicos .....	771

## CAPÍTULO 6

### CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO..... 775

1. critérios para o controle.....	776
2. Áreas de Controle .....	780
3. Espécies de Controle.....	782
3.1. Quanto ao momento .....	782
3.2. Quanto ao órgão ou agente que realiza a fiscalização .....	784
3.2.1. Controle interno .....	784
3.2.2. Controle externo .....	786
3.2.3. Controle popular, privado ou social (whistleblowing).....	788
4. Objeto do Controle .....	792
5. A LINDB E SEUS REFLEXOS NAS DECISÕES ENVOLVENDO AS FINANÇAS PÚBLICAS ..	798

5.1.	Vedação do decisionismo no direito .....	799
5.2.	Decisão que resulte em invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa .....	800
5.3.	Interpretação de normas sobre gestão pública.....	800
5.4.	Segurança jurídica e invariança do direito .....	801
6.	Dos Tribunais de Contas.....	803
6.1.	Conceito e função.....	804
6.2.	Natureza jurídica do Tribunal de Contas.....	804
6.3.	Tribunal de Contas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Definição da competência jurisdicional no controle das transferências intergovernamentais.....	805
6.4.	Natureza jurídica das decisões dos Tribunais de Contas.....	812
6.5.	Tribunal de Contas e a constitucionalidade de leis e atos do poder público .....	813
6.6.	Eficácia das decisões do Tribunal de Contas. Legitimidade para a sua cobrança.....	816
6.7.	O devido processo legal, o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo .....	819
6.8.	Competência do Tribunal de Contas.....	820
6.8.1.	Emissão de parecer prévio .....	820
6.8.1.1.	O tema na jurisprudência .....	822
	<b>A) Quando não há o julgamento das contas pelo Legislativo.....</b>	<b>822</b>
	<b>B) Rito do julgamento das contas do Presidente da República .....</b>	<b>823</b>
6.8.2.	Julgamento de contas .....	824
6.8.2.1.	Contas de Governo x Contas de Gestão – Resgate da valorização do Poder Legislativo.....	826
6.8.2.2.	“Lei da Ficha Limpa” e o julgamento do Tribunal de Contas.....	834
6.8.2.3.	Delegação de competência e responsabilidade dos gestores.....	836
6.8.2.4.	Possíveis resultados do julgamento do Tribunal de Contas .....	839
6.8.2.5.	Do julgamento das contas dos Tribunais de Contas.....	841
6.8.3.	Controle de atos de pessoal .....	843
6.8.3.1.	O tema na jurisprudência .....	844
6.8.4.	Fiscalização em sentido estrito.....	845
6.8.4.1.	O tema na jurisprudência .....	849
6.8.5.	Aplicação de sanções e medidas cautelares .....	850
6.8.5.1.	Espécies de sanções: multas e ressarcimento .....	851
6.8.5.2.	Sanções e tipicidade.....	855
6.8.5.3.	Medidas cautelares e outras atribuições punitivas .....	856
6.8.5.4.	Transmissibilidade das sanções aos sucessores.....	859
6.8.5.5.	Excludentes das sanções .....	860

6.8.5.6. Prescrição das sanções: a polêmica imprescritibilidade das ações de ressarcimento .....	862
6.8.5.7. Da impossibilidade de aplicação de penalidades através do parecer prévio ..	867
6.8.6. Competência corretiva .....	870
6.8.7. Dever de representação.....	873
6.8.8. Auxílio aos Fundos de Participação .....	874
6.8.9. Auxílio à Comissão Mista Permanente .....	875
6.8.10. Poder Regulamentar.....	876
6.9. Tribunal de Contas e a Lei de Responsabilidade Fiscal .....	878
6.10. Tribunal de Contas e o sigilo bancário.....	879
6.10.1. O tema na jurisprudência.....	880
6.11. Organização dos Tribunais de Contas.....	881
6.11.1. Composição.....	881
6.11.2. Requisitos para o provimento dos cargos .....	881
6.11.3. Competência para indicação dos membros.....	882
6.11.4. Equivalência de impedimentos e vantagens .....	883
6.12. Tribunal de Contas e os direitos fundamentais .....	885
7. Direito financeiro como instrumento de combate à corrupção. <b>Compliance</b> e Lei Anticorrupção .....	887
8. Quadro Sinóptico .....	897
9. Súmulas Aplicáveis.....	900
9.1. STJ.....	900
9.2. STF .....	900
9.3. TCU.....	901
10. Informativos Recentes .....	904
10.1. STJ .....	904
10.2. STF .....	905
11. Jurisprudência Seleccionada.....	915
11.1. STF .....	915
12. Questões de Concursos Públicos .....	918

## ADENDO

JURISPRUDÊNCIA ESPECÍFICA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL .....	921
INFORMATIVOS: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – STF.....	927
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	947